



**Grupo Coordenador do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-Fhidro)**  
**Ata da 49ª reunião, realizada em 17 de dezembro de 2015**

1 Em 17 de dezembro de 2015, reuniu-se extraordinariamente o Grupo  
2 Coordenador do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento  
3 Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-  
4 Fhidro), na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. Participaram os  
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas,  
6 representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
7 Sustentável (SEMAD); Maria de Fátima Chagas Dias Coelho e Breno  
8 Esteves Lasmar, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Carlos  
9 Fernando da Silveira Viana, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais  
10 (BDMG); César Cristiano de Lima, da Secretaria de Estado de Planejamento  
11 e Gestão (Seplag); Silvestre Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda  
12 (SEF); José Guilherme Ramos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
13 Econômico (Sede); José Ricardo Ramos Roseno, da Secretaria de Estado  
14 de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Manuela Cardoso Stein,  
15 do Instituto Estadual de Florestas (IEF); Wilson Pereira Barbosa Filho, da  
16 Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Gustavo Tostes Gazzinelli,  
17 do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas  
18 (Fonasc). **ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas declarou aberta a 49ª  
19 reunião do Grupo Coordenador do Fhidro. **Assuntos em pauta. 1) EXAME**  
20 **DAS ATAS DA 47ª E DA 48ª REUNIÕES DO GC-FHIDRO.** Aprovada por  
21 unanimidade, com abstenção do conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli, a  
22 ata da 47ª reunião do Grupo Coordenador do Fhidro. Retirada de pauta a ata  
23 da 48ª reunião do GC-Fhidro, para inclusão de transcrições solicitadas pelo  
24 conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli. **2) RETORNO DE PROJETO**  
25 **APROVADO PELO GRUPO COORDENADOR PARA DELIBERAÇÃO,**  
26 **TENDO EM VISTA ALTERAÇÃO DE VALOR.** Apresentação: Secretaria  
27 Executiva do Fhidro. **2.1) Projeto 354/2011. Diagnóstico socioambiental**  
28 **da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha – Unidade de Planejamento e**  
29 **Gestão Ambiental. Proponente: Associação para a Gestão**  
30 **Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá).** Alteração de projeto  
31 aprovada por unanimidade nos termos do Aditamento do Parecer Técnico /  
32 Orçamentário apresentado pela Secretaria Executiva do Fhidro. **2.2) Projeto**  
33 **389/2011. Estudo de impactos de mudanças climáticas nos recursos**  
34 **hídricos através da análise de chuvas ocultas em florestas montanas –**  
35 **Avaliação e monitoramento qualiquantitativo da relação entre**  
36 **vegetação, fatores climáticos e efeito nebuloso na Serra da Mantiqueira.**  
37 **Proponente: Instituto Alto Montana.** Alteração de projeto aprovada por

38 unanimidade nos termos do Aditamento do Parecer Técnico / Orçamentário  
39 apresentado pela Secretaria Executiva do Fhidro. **Deliberação do GC-**  
40 **Fhidro**. O Grupo Coordenador do Fhidro aprovou por unanimidade,  
41 conforme proposta do conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli, o seguinte  
42 encaminhamento: “Eu proponho que a gente consulte os colegas, os pares  
43 aqui, se eles estão de acordo com que determinadas questões como essas  
44 não tenham que voltar para cá. Se os pares estiverem de acordo, que  
45 façamos constar em ata, e a ata serve como documento. Que o Grupo  
46 Coordenador chegou à conclusão de que esse tipo de trâmite burocrático,  
47 ainda que seja para justificar, é desnecessário. E que nós entendemos que  
48 esse tipo decisão, nós, enquanto Grupo Coordenador, delegaremos ao IGAM  
49 resolver sem ter que trazer para cá. O máximo que o IGAM tem que fazer é  
50 comunicar: ‘Fizemos isso, já encaminhamos’. Se alguém quiser, depois,  
51 pede vista para dar uma olhada. Eu acho que temos que dar um voto de  
52 confiança. Então eu proponho esse encaminhamento, fazendo constar em  
53 ata, e peço que sejam consultados os colegas.” **Presidente André Luis Ruas:**  
54 “Algum membro gostaria de fazer alguma consideração a respeito da  
55 proposta do doutor Gustavo? Se todos estiverem de acordo, nós constamos  
56 em ata. Alguém tem algo contrário com a proposta do conselheiro Gustavo?  
57 Podemos agir dessa forma então? Então eu vou pedir para a Secretaria  
58 Executiva que conste na ata desta reunião. Os que estiverem de acordo, por  
59 favor, permaneçam como estão. Então por unanimidade. Só para ficar  
60 registrado na ata desta reunião, o Grupo discutiu e deliberou que, em  
61 determinados casos, como os itens 2.1 e 2.2, seja feita uma reunião de  
62 alinhamento interno no Sisema, para que alguns casos não precisem voltar  
63 aqui. E, caso necessário, eu até vou além: que se convide a Assessoria  
64 Jurídica da SEMAD, se não houver consenso sobre essa proposta, para que  
65 venha aqui e faça a discussão.” **Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli:** “Que  
66 a Assessoria Jurídica da SEMAD venha em todas as reuniões em que ela dá  
67 esse tipo de ordem.” **Presidente André Luis Ruas:** “Então fica deliberado, que  
68 conste em ata.” **3) DELIBERAÇÃO DO PROGRAMA OLHOS D’ÁGUA.**  
69 **Proponente: Instituto Terra. Apresentação: Secretaria Executiva do**  
70 **Fhidro.** Programa aprovado por unanimidade, com abstenção do conselheiro  
71 Gustavo Tostes Gazzinelli, nos termos apresentados pelo Instituto Terra e de  
72 acordo com a nota técnica da Secretaria Executiva do Fhidro apresentada  
73 nesta sessão. **Segue síntese de considerações e contribuições registradas**  
74 **pelos conselheiros, antes da aprovação do programa.** **Gustavo Tostes**  
75 **Gazzinelli, do Fonasc:** “Eu quero fazer as seguintes considerações. Eu refleti  
76 muito sobre essa decisão que nós vamos tomar aqui hoje. Para falar a  
77 verdade, continua não sendo bem um projeto. Eu acho que nós também não  
78 devemos criar um ponto de divergência radical com o governador e o  
79 secretário de Planejamento porque eles estão querendo gastar dinheiro,  
80 apesar de ser neste projeto. E foi colocado aqui que tem uma estimativa de

81 sobra de R\$ 15 milhões, considerando que dois projetos já aprovados irão  
82 consumir uma parte dos R\$ 17 milhões. Eu acho que não cabe aqui nós  
83 resolvermos o problema do Instituto Terra ou do Sebastião Salgado. O nosso  
84 papel não é esse. Mas eu acho que nós poderíamos, como gesto de boa  
85 vontade com o governador e o secretário de Planejamento, propor uma  
86 contrapartida, que é financiar outros projetos com os R\$ 10 milhões ou R\$ 9  
87 milhões que irão sobrar. Vou dar um exemplo. Os Comitês de Bacia  
88 Hidrográfica – vou falar no caso do rio Doce – se debruçaram no projeto P52,  
89 que é um projeto de cercamento de nascentes. Isso só para falar que o  
90 Instituto Terra não é nem pioneiro nem o único que entende desse assunto,  
91 ao contrário do que o Sebastião Salgado, equivocadamente, falou em  
92 determinado momento na imprensa. Vários outros projetos aconteceram. E  
93 esses projetos de cercamento de nascentes, que estão acontecendo em seis  
94 bacias hidrográficas, recebem dinheiro da cobrança. E quem recebe o  
95 dinheiro da cobrança é o Ibio. Então eu proponho que se faça uma consulta  
96 ao Ibio se ele tem necessidade de mais recursos, para receber esse dinheiro.  
97 E que os R\$ 9 milhões sejam depositados para o Ibio, para todos os seis  
98 comitês poderem ter um plus para investir no projeto que eles já estão  
99 desenvolvendo. E acho que nós podemos também tomar aqui uma  
100 deliberação de delegar ao IGAM para resolver isso. A segunda questão que  
101 eu gostaria de colocar aqui é que a partir deste momento a nossa decisão  
102 seja condicionada a isso. Que a partir do próximo edital, inclusive, nós  
103 receberemos projetos de demanda espontânea. E aí nós vamos definir,  
104 dentro do valor previsto, o valor de demanda espontânea de outras  
105 organizações da sociedade. Então este é o primeiro projeto de demanda  
106 espontânea, e a partir daqui estaremos abertos a outros projetos. Vamos ter  
107 edital específico ou criar uma norma específica para receber projetos de  
108 demanda espontânea. Já que é para garantir este projeto, dar um gesto de  
109 boa vontade com o governador e não criar um conflito maior, nós  
110 poderíamos apoiar, mas desde que essa seja uma política que, doravante, o  
111 Grupo Coordenador do Fhidro vai adotar. E a partir do ano que vem nós  
112 vamos receber projetos de demanda espontânea de qualquer órgão que  
113 assim o desejar e tiver competência. Agora vou discutir o mérito do projeto,  
114 que não é projeto. Eu acho que um programa não pode ser analisado como  
115 projeto. E aí eu vou discordar do parecer da equipe da Secretaria Executiva,  
116 pelo seguinte: aqui nós estamos, a partir de hoje, aceitando programas, mas  
117 não tem detalhamento de fossa séptica, não tem detalhamento da nascente,  
118 não sabemos o tipo de solo que tem. Se fizermos esse tipo de condicionante  
119 para aprovar projeto ou programa, nunca iremos aprovar. Agora pode ter um  
120 plano de desenvolvimento do projeto em que, pelo menos no meio do  
121 caminho, ele irá dizer ‘trabalhamos, nos reunimos, e agora já temos definidas  
122 as 300 das 500 propriedades’... Eu não sei se têm que ser feitos 500  
123 projetinhos para cercamento de nascentes, 500 relatórios de cercamento de

124 nascentes, porque às vezes a coisa é tão simples que não justifica. Agora  
125 tem que ter metodologia. No caso do projeto do Instituto Terra, eu acho que  
126 essa metodologia tem que ser acordada com o Comitê da Bacia  
127 Hidrográfica... Eu acho que nós aqui temos obrigação de estabelecer  
128 determinadas condições para aprovação deste projeto. No mínimo,  
129 deveríamos avaliar se o projeto poderia abarcar outra bacia, por exemplo,  
130 vizinha à do rio Manhuaçu, que é a do rio Caratinga. É uma possibilidade,  
131 mas a metodologia tem que ser acordada com o Comitê, porque dinheiro  
132 público já está indo para o Comitê para fazer cercamento na mesma bacia, e  
133 já tem o diagnóstico disso. Se estamos dando um voto de confiança, eles  
134 têm que aceitar as condições do financiador. Apesar de não gostar da forma  
135 como isso foi trazido para cá, achar repugnante, como eu disse na última  
136 reunião, eu acho que nós poderíamos aproveitar a oportunidade para iniciar  
137 uma etapa nova no Fhidro. Vamos aceitar programa, e esse é o primeiro. Eu  
138 gostaria que se registrasse em ata que eu vou divergir e denunciar o governo  
139 caso ele faça publicidade junto com a Vale e a Samarco, que são  
140 patrocinadoras do Instituto Terra, sobre esse repasse de recursos. Nós não  
141 estamos aqui para garantir publicidade para ninguém. Então eu acho que o  
142 Instituto Terra deve ter esse compromisso conosco. A metodologia do  
143 projeto, na minha opinião, terá que ser discutida com o Comitê da Bacia  
144 Hidrográfica do Rio Manhuaçu. Eles vão ter que aprovar a metodologia,  
145 porque já estão fazendo investimento na região. E eu acho que nós não  
146 devemos aceitar publicidade com esse dinheiro, para que isso não chegue  
147 como oportunismo. Porque dá essa impressão. Então eu acho que tem de ter  
148 um acordo nosso, que todas essas questões sejam debatidas entre nós. O  
149 Instituto pode ser um instituto privado, mas não vai fazer publicidade com  
150 essa verba junto com as marcas das empresas que arrebutaram com o rio  
151 Doce. Isso eu acho que deveria ser uma condição nossa aqui. Agora se os  
152 colegas ainda acharem que vai colocar aquele projeto Plantando o Futuro,  
153 com a logomarca da Vale, e pegar esse dinheiro aqui, aí eu acho que nós  
154 fomos usados como gestores do Estado.” Maria de Fátima Chagas Dias  
155 Coelho, diretora-geral do IGAM: “A demanda espontânea tem previsão legal  
156 dentro das normas do Fhidro. Possivelmente, ela não tenha sido divulgada.  
157 Sempre existiu o aporte de recursos de demandas espontâneas, e nós  
158 apresentamos os valores na Assembleia Legislativa, no Seminário  
159 Legislativo. Realmente, são demandas do próprio Estado, e todos podem  
160 concorrer a essa demanda espontânea. Nós precisamos dar mais  
161 publicidade, divulgar mais. A despeito de qualquer detalhe na  
162 regulamentação, nós vamos modernizar. É uma nova etapa, estamos  
163 revendo o decreto de regulamentação, as leis, os procedimentos.  
164 Precisamos deixar isso mais claro, e eu quero registrar que é importante e  
165 existe mesmo. O edital tem um período muito curto, de três meses, e a  
166 demanda espontânea é o ano inteiro. Isso é muito importante porque, de

167 repente, tem questões emergenciais nas bacias. Então tanto as  
168 organizações sociais quanto o governo têm essa liberdade de apresentar as  
169 demandas espontâneas. Quanto à questão de programas, o Grupo  
170 Coordenador possui atribuições legais de definir programas prioritários.  
171 Então a apresentação de programas é importante, mas concordamos que um  
172 programa não pode e não deve ser apresentado como projeto. Então nós  
173 precisamos regulamentar melhor isso e vamos fazê-lo. São coisas que estão  
174 previstas no nosso regramento, e precisamos implementar essas melhorias.”  
175 Silvestre Dias, da SEF: “Sem um estudo da Seplag a respeito, eu não  
176 gostaria de opinar sobre essa proposta (relativa ao Ibio). Para aprovar isso,  
177 eu queria um detalhamento maior, de definir essa proposta com essa  
178 condicionante colocada. O programa está aqui para ser aprovado. Agora  
179 mediante essa condição, eu acho que mereceria um estudo melhor. Tipo o  
180 detalhamento de cada programa que você está propondo. Eu acho que o  
181 Comitê deveria analisar isso melhor. Eu acho que é colocar para o IGAM  
182 uma situação difícil para ser definida aqui no momento.” Gustavo Tostes  
183 Gazzinelli, do Fonasc: “Eu não acho, porque o secretário de Planejamento e  
184 o governador colocaram para nós uma situação muito difícil, de aprovar um  
185 projeto que não é projeto. Então vamos fazer uma política de mão dupla. Já  
186 que nós estamos aprovando esse projeto, vamos dar um start para aprovar  
187 outros. Já que é possível fazer um empenho que convém, fora do decreto  
188 que regulamenta isso, vamos dar essa oportunidade.” Gilson Gomes de  
189 Oliveira Junior, do Instituto Terra: “Eu gostaria só de acrescentar à análise  
190 técnica. Na análise técnica, qualquer um irá ponderar alguma coisa. Cabe às  
191 partes chegarem a um consenso para acertar. Eu mandei um projeto de  
192 demanda espontânea, não segui um roteiro. Então muitas vezes aqui cabe  
193 adequação. Segundo, que esse projeto teve anuência do CBH Manhuaçu.  
194 Nós temos a carta, e a apresentamos. É por isso que demorou a data  
195 marcada para a entrega. E a terceira questão é que a Vale e a Samarco não  
196 patrocinam o Instituto Terra. A Samarco fez a compensação de 233 hectares;  
197 nós plantamos para ela, tem uma jovem floresta na RPPN Fazenda Bulcão.  
198 E a Vale apoiou o programa Olhos d’Água em 2011, com 474 nascentes e  
199 180 fossas sépticas. Não é patrocínio, está investindo na bacia. A nossa  
200 proposta foi apresentada em cima de uma experiência, que é encerrar 2015  
201 com 1.000 nascentes protegidas e 180 fossas sépticas implantadas. Nós não  
202 estamos falando aqui de estudo de caso, nós estamos falando de coisas  
203 concretas. A metodologia não atendeu 100%, mas nós podemos adequá-la,  
204 sem problemas. Isso é análise técnica para se chegar a um consenso.”  
205 Carlos Fernando da Silveira Viana, do BDMG: “Eu coordenei todo um  
206 trabalho do Fhidro há dez anos, foi minha equipe que acompanhou. O  
207 trabalho do Instituto Terra foi muito bem feito, e teve um engenheiro  
208 sanitário nosso que acompanhou. Foi comprovado com todo o mérito.  
209 Então a nossa experiência com o Instituto Terra foi a melhor possível, e até

210 hoje não tem problema nenhum de idoneidade. Se tem patrocínio da Vale,  
211 não podemos entrar nesse mérito. Se foi a Vale ou a Samarco ou quem  
212 patrocinou, desde que apresentou certidões negativas e complementou  
213 todas as questões, vamos fazer a análise técnica. Na questão de programas  
214 e projetos, eu concordo que este tem mais característica de programa do que  
215 de projeto. Eu não acho que isso seja demérito, nós temos que ver a maneira  
216 como analisar. Esses projetos são feitos por etapas. Se comprovou que está  
217 ok, vamos para a segunda etapa e fazer a avaliação. E depois se comprova  
218 financeiramente e fisicamente. E assim vai até o final, para saber o que foi  
219 feito em todos os projetos. Então eu fico muito confortável, o programa é  
220 muito interessante. Se o Estado vai fazer propaganda em cima disso, eu  
221 confesso que não tenho competência para avaliar. Eu acho que se tem verba  
222 sobrando seria ideal que os recursos fossem alocados. Agora, sem juízo de  
223 mérito, porque eu não conheço, se o IGAM fala que vai para o Ibio, por que  
224 não pode ser a Agevap, a associação do rio Uberabinha? Eu acho que é  
225 preciso haver uma avaliação do IGAM. Então eu acho que o programa tem  
226 todo o seu mérito, se enquadra perfeitamente nas normas e está aqui  
227 apresentado. Não foi colocado em votação, mas eu estou antecipando e  
228 acho que a minha deliberação é favorável. Mas sem condicionante. O meu  
229 medo é de colocar o IGAM em uma saia-justa, e amanhã chegar mais 30 ou  
230 40 instituições falando que foi para o Ibio e não foi para outras. Quanto às  
231 questões de cronograma de recursos, eu concordo plenamente com que  
232 sejam criadas todas as normativas, com tantos editais, tantos milhões. Isso  
233 tudo nós precisamos organizar.” César Cristiano de Lima, da Seplag: “A  
234 questão da demanda espontânea eu acho que é uma norma. Todo mundo  
235 reclama dos editais, da burocracia, do tempo curto. Se você tem um  
236 conselho com capacidade para aprovação, fiscalização e execução, a  
237 demanda espontânea é um avanço. Não vejo por que se questionar a  
238 apresentação de um programa ou projeto por demanda espontânea. Todo  
239 mundo reclama da burocracia, do tempo curto, e nesse tipo de trabalho, pela  
240 natureza dele, seria bom que tivesse uma instância para deliberar. Eu acho  
241 que essa discussão pode inaugurar um momento novo para o Fhidro. Neste  
242 ano eu vim a algumas reuniões, pautadas numa burocracia, o que acaba  
243 levando a alguns equívocos. Quando o conselheiro fala: ‘Por que não ligar  
244 para o Ibio?’ E os outros, o Estado inteiro, e quem quiser? É uma situação  
245 em que às vezes há contradição. Imaginem o Estado ligando e dizendo ‘vem  
246 cá, pois tem dinheiro para você?’ O que me preocupa é isso. Outra coisa é a  
247 questão de repasse de dinheiro. Temos uma estimativa de sobra, que pode  
248 se realizar. Dar um voto em aberto para um determinado estudo, como é o  
249 caso da proposta do Ibio, eu acho que temos que achar um mecanismo para  
250 contemplarmos essa possibilidade. Que chegue aqui o programa ou projeto e  
251 se delibere sobre isso. Eu acho que este momento novo para o Fhidro pode  
252 ser inaugurado com este projeto apresentado. Porque falar ‘não’ mostra

253 também a total incapacidade nossa aqui e do Estado de acompanhar,  
254 fiscalizar e, inclusive, segurar o repasse de recursos. E o repasse integral  
255 numa situação dessas não existe. Estou falando isso por uma experiência  
256 que temos acompanhando das parcerias com Oscips feitas no governo  
257 anterior. Nós estamos rompendo algumas, envolvendo valores infinitamente  
258 maiores do que este aqui. Com muita dificuldade e judicialização, estamos  
259 revertendo algumas coisas, inclusive, com uma exposição pública grande,  
260 como o Circuito Cultural Praça da Liberdade, algumas PPPs, que se  
261 aproximam de bilhões. Eu estou fazendo esse apelo é mais para o Fhidro.  
262 Não é só para o Ibio, o Instituto Terra, para este projeto, mas para outros  
263 também. O Fhidro tem que mudar, nós temos que ter alguma coisa. Nós  
264 estamos chegando ao final do ano com uma dificuldade. Tem um valor, uma  
265 estimativa, há 15 dias do término do ano, discutindo. Eu acho que tem razão  
266 o conselheiro, as coisas têm que ser mais detalhadas, sim, mas também nós  
267 não podemos negar a capacidade de acompanhar. Nós estamos vivendo um  
268 momento em Minas Gerais. Eu acho que o acidente da Samarco é um  
269 balizador. Se nós não tivermos capacidade de incorporar isso como um  
270 momento novo e dizer que tem grupos coordenadores que acompanham  
271 fundos e fiscalizam, nós podemos acabar com o Fhidro. Se não iremos ficar  
272 aqui dizendo 'arquiva esse de três anos atrás, porque o orçamento do arame  
273 farpado chegou errado'... Não faz sentido. Então eu penso que é um  
274 momento novo. Não estou fazendo uma apologia ao Instituto Terra. Pelo  
275 contrário, acho interessante a proposta do conselheiro com relação à  
276 discussão da possibilidade de se incorporar outros projetos. Mas temos que  
277 pensar que é um momento novo e que temos de ter capacidade para ter no  
278 Estado este Conselho e outros para acompanhar isso. Votar aqui, tudo bem.  
279 Na hora em que começar, se não der, nós temos que ter capacidade de  
280 reverter isso. Então eu acho que é isso que está em discussão. É um  
281 momento novo, e acho que nós podemos revitalizar o Fundo e este Grupo  
282 Coordenador. A última consideração minha é quanto à confusão que existe  
283 entre propaganda – eu compartilho com a posição do conselheiro – e a  
284 informação de divulgação, que precisa chegar aonde está se desenvolvendo  
285 o objeto do trabalho. Essa tem que existir, pois essas coisas que dão  
286 vitalidade ao programa. E não são novas. Nós já tivemos tantos outros  
287 projetos de proteção de nascentes, e muitas vezes o problema é que não  
288 chega lá na ponta. A informação tem que chegar. E quem está fazendo,  
289 todos têm que saber, até para cobrar. Então eu acho que temos que diluir um  
290 pouco essa questão e dizer que apostamos em um momento novo. Porque  
291 senão não fará sentido a existência nem do Grupo Coordenador nem do  
292 Fhidro.” José Ricardo Ramos Roseno, da Seapa: “Eu sou funcionário de  
293 carreira da Emater, que tem uma experiência bastante significativa na  
294 implementação de projetos, de maneira integrada, de bacias hidrográficas, e  
295 bastante expressiva na bacia do rio São Francisco. Desde 2002, nós vimos

296 elaborando projetos de recuperação de bacias hidrográficas na bacia do rio  
297 São Francisco. Hoje a Seapa executa um convênio da ordem de R\$ 50  
298 milhões, financiado pela Codevasf, em que a Emater e a Ruralminas são os  
299 executores das ações em campo. Eu tive a oportunidade de ser gestor, por  
300 algumas vezes, desses convênios, inclusive acompanhando o trabalho de  
301 campo, quando eu atuava no Norte de Minas. Eu queria fazer algumas  
302 colocações do ponto de vista técnico. Primeiro com relação ao valor. O valor  
303 está bem próximo daquilo que nós vimos contratando hoje com relação a  
304 recuperação de nascentes. A forma como a Seapa, através da Emater e da  
305 Ruralminas, faz é um pouco diferente. Nós fazemos parceria com o produtor  
306 no sentido da mobilização, do acesso às informações, do acesso à  
307 propriedade, mas contratamos o cercamento do projeto. Contratamos  
308 serviços terceirizados, e a empresa faz o cercamento. Esse cercamento varia  
309 de 350 a 400 metros de cerca ao redor da nascente. Com relação a custo de  
310 fossa séptica, também está bem dentro do valor. No caso, a Emater tem  
311 experiência na contratação e implementação de projetos de fossa séptica.  
312 Inclusive, eu queria até registrar a parceria da Emater na execução, porque  
313 ela já está executando o CAR. Inclusive, eu vejo com muito bons olhos essa  
314 parceria, porque a Emater vai até a propriedade para elaborar o CAR, e no  
315 CAR tem a divisa da propriedade, as APPs, reserva... E o CAR vai gerar o  
316 Programa de Recuperação Ambiental. Eu acho que é uma parceria  
317 interessante porque esse projeto pode atender algumas demandas que vão  
318 surgir a partir do CAR. Então o produtor já vai ser atendido pelo governo de  
319 forma direta e indireta, através de um órgão do Estado, como parceiro do  
320 Estado. Com relação à parceria com o produtor, a sugestão que nós fazemos  
321 é que, se for utilizada mão de obra do produtor, essa mão de obra seja  
322 remunerada. Porque nós sabemos das dificuldades, principalmente na  
323 agricultura familiar, em deixar de fazer alguma ação para complementar com  
324 a mão de obra própria uma obra do governo. Então a sugestão é que se não  
325 for contratado, se não for terceirizado o serviço, se for contratado o produtor,  
326 que se remunere o produtor. Agora com relação às especificidades do  
327 projeto. Há cerca de um mês nós elaboramos uma proposta ao Fundo  
328 Nacional de Meio Ambiente para revitalização e recuperação do ribeirão  
329 Serra Azul. Então nesse tipo de projeto é muito difícil especificar quais são  
330 os produtores que vão ser contemplados e o custo exato de cada ação.  
331 Então começamos a executar, sensibilizamos o produtor, que, de repente,  
332 num primeiro momento, não aceita, e passamos para o vizinho. Começamos  
333 a implementar no vizinho, e aquele produtor muda de ideia, e voltamos a ele.  
334 Então é um projeto cujo custo da produção só temos a certeza na hora da  
335 execução. No final do projeto, às vezes, tem um saldo, e então negociamos,  
336 incrementamos o número de produtores. Então com relação àquela questão  
337 de não termos o valor exato, quais são os produtores, isso é uma  
338 particularidade desse tipo de projeto, pois na hora em que vamos a campo



339 nós temos essa dificuldade. Com relação às propostas do conselheiro, eu  
340 também acho bastante interessante. Eu acho que o Fhidro deveria  
341 desenvolver uma estratégia, ao longo do ano, de execução orçamentária e  
342 financeira, de modo que, quando chegar novembro, tendo um saldo  
343 financeiro, que analisemos projetos do próprio Estado. A Ruralminas tem  
344 projetos de carteira, de barraginhas para o Norte de Minas. A Emater tem  
345 projetos de carteira, e também outras entidades. Talvez desenvolvemos  
346 uma estratégia para contratar, às vezes, projetos do próprio Estado, para não  
347 perdermos esse saldo financeiro e orçamentário. Então o parecer da Seapa,  
348 a qual eu represento aqui, é positivo. E podem contar, inclusive, com o nosso  
349 apoio e a nossa parceria na implementação deste projeto.” Breno Esteves  
350 Lasmar, do IGAM: “Eu vejo que é um momento que estamos passando de  
351 revisão de muitos conceitos, e talvez normativos, de aparar determinadas  
352 visões que possam ainda gerar conflito de competências. Mas eu vejo que  
353 temos uma oportunidade muito boa aqui de começar essa etapa, de fazer  
354 uma reavaliação de papéis para conseguirmos avanços maiores.” Gustavo  
355 Tostes Gazzinelli, do Fonasc: “Nós temos que lembrar que é dinheiro  
356 público, e eu gosto de dar o exemplo da comunidade científica. Por exemplo,  
357 a Fapemig. Eu já cansei de falar isso, inclusive a Fátima ficou de me convidar  
358 para termos uma conversa sobre o Fhidro. Estou aguardando. E vou falar  
359 isso hoje na reunião do CERH. Ela ficou de me convidar para tratarmos  
360 desse assunto. Eu já manifestei várias vezes no Plenário do CERH. A  
361 Secretaria de Estado de Meio Ambiente entrou numa via totalmente  
362 equivocada de contratação de parecerista para emitir pareceres de projetos.  
363 Eu acho um equívoco terrível. Quem media o parecerista é a autoridade.  
364 Pode ser uma autoridade que exerce sua autoridade com o máximo de  
365 republicanismo, mas pode ser que não. A comunidade científica estabeleceu  
366 os comitês por áreas diferentes, e é isso que eu acho que deveria ser. E não  
367 o Estado falar ‘vamos aprovar esse projeto aqui...’ Se entrar por esse  
368 caminho, vai se perder. Porque o que vai acontecer? O secretário de Meio  
369 Ambiente não vai brigar com o secretário da Fazenda nem com o secretário  
370 de Planejamento. Quando se tem um Grupo Coordenador e comissões ad  
371 hoc para resolver determinadas questões, irão tomar as decisões técnicas de  
372 acordo com a macropolítica que foi estabelecida, eventualmente, aqui. Se o  
373 governo não cumprir, não passar o dinheiro, ficar colocando parecer jurídico  
374 etc. para atrapalhar a saída do dinheiro, aquela comunidade que usufrui  
375 daquele recurso, que tem o direito de usar aquele recurso, irá brigar. Se  
376 estiver dentro da burocracia da SEMAD resolver isso, podem certeza que  
377 será um caminho que irá piorar ainda. Se está escrito, nós temos que mudar,  
378 mas eu não concordo com essa visão. Por mais que esteja escrita. É um  
379 equívoco, tem que mudar e se estabelecer condições. Enquanto continuar  
380 parecerista, a margem de clientelismo e de decisões dirigidas vai ser sempre  
381 muito grande. Essa é uma visão cultural que a SEMAD estabeleceu, não sei

382 há quantos anos, e que ainda continua. E ninguém tira isso da cabeça aqui  
383 dentro, infelizmente. A outra questão é que eu acho que existem conflitos de  
384 poder ou de atribuições do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do  
385 Grupo Coordenador. Nós podemos ver as atribuições que estão na lei, e  
386 veremos que algumas definições macro não foram definidas pelo Grupo  
387 Coordenador, mas pelo Conselho Estadual. Isso nós precisamos de  
388 aprimorar.” O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli registrou ainda as  
389 seguintes sugestões a serem observadas pelo Instituto Terra: “Eu acho  
390 importante a questão do serviço pronto. Na conversa que eu tive com o  
391 Gilson no dia da última reunião, ele falou que não tinha a parte de instalar as  
392 cercas. Na verdade, ele recebe a estrutura, mas não tem essa parte. Vocês  
393 entregam os mourões, e o proprietário é que faz as cercas. Eu acho que é  
394 uma coisa que vocês deveriam colocar no orçamento do projeto, mesmo que  
395 seja para diminuir o número de nascentes; mas garantir isso. Eu concordo  
396 que às vezes o produtor recebe o mourão e a cerca e vai usar em outro  
397 lugar. Eu acho, inclusive, que todas as nascentes deveriam ser monitoradas,  
398 e não apenas 20%. Por fim, vocês tiveram o aval do CBH, mas o que eu  
399 estou propondo aqui é que essa metodologia seja discutida com o CBH,  
400 inclusive para a definição dos locais, por causa do P52, em que já estão  
401 definindo nascentes em alguns lugares da bacia. Eu acho que pelo menos  
402 essa condicionante deveria ter: a metodologia ser discutida com o CBH.  
403 Oportunamente, seja a Codemig com o projeto Plantando o Futuro, seja  
404 vocês, seja a Seapa, a Emater e outros mais, o pessoal que está trabalhando  
405 com o P52, fazerem um seminário para discutir coisas que a partir dessa  
406 experiência possam ser aplicadas; dessa experiência e de outras. E eu  
407 mantenho a minha defesa do rio Doce como área prioritária para o  
408 investimento desse restante, se houver tempo. Eu defendo o rio Doce, em  
409 parte, por causa do acidente que aconteceu. E não existe hoje nenhuma  
410 entidade que exerça esse papel guarda-chuva que não seja o Ibio. Então por  
411 isso eu defendi o Ibio, que está fazendo esse trabalho.” Silvestre Dias, da  
412 SEF: “Já vai para o terceiro ano que eu estou aqui no comitê do Fhidro, e  
413 nesse histórico de presença aqui eu vi muita coisa passar e ser postergada.  
414 Demorar por talvez protocolo demais. Quando eu vejo o Gazzinelli chegar e  
415 colocar a coisa de uma forma polêmica, são atitudes assim que obrigam  
416 mudanças importantes. E quando te obriga a mudanças importantes leva  
417 também a buscar o momento novo que o César falou. E é o momento que  
418 estamos vivendo hoje. Se realmente queremos mudar a forma como vem  
419 sendo feito, temos que partir agora, pois a oportunidade é agora. Não que eu  
420 desconfie ou não tenha confiança no IGAM. Pelo contrário, é justamente por  
421 confiar que eu quero ouvir o que eles pensam a respeito dessa proposta.  
422 Uma deliberação dessa, uma aprovação dessa, que está sendo clara para  
423 todo mundo que é um projeto benéfico, que vai atender muito bem aquilo que  
424 está se propondo. Então eu acho que não necessitaria de uma

425 condicionante. O meu parecer, a minha forma de pensar, é dispensar essa  
426 condicionante.” Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fonasc: “Eu acho que deveria  
427 ser feito um ajustamento de conduta, no caso deste projeto, com as etapas  
428 de desenvolvimento de projeto e as etapas de checagem. Aí o Instituto Terra  
429 irá fazer uma proposta e trazer para ser discutida com a equipe da Secretaria  
430 Executiva. No sentido de ser o primeiro projeto de demanda espontânea de  
431 uma entidade civil. Isso eu acho que é uma diferença. Então vamos  
432 aproveitar essa experiência para tentar desenvolver uma metodologia. A  
433 questão da contratação de uma empresa para fazer o cercamento, quais são  
434 os problemas disso do ponto de vista licitatório? Eu acho que pequenos  
435 ajustes podem ser feitos no sentido de o projeto ser bem-sucedido e servir  
436 de referência. Depois iremos aprimorar. Haver um plano de desenvolvimento  
437 do projeto, como as checagens serão feitas e em que momento. Então eu  
438 acho que isso deve ser ajustado no projeto. É um aval, um certo voto de  
439 confiança, e acho que tem que ser estabelecido não como condicionante,  
440 mas como determinação. Eu acho que a própria Secretaria Executiva, em  
441 comum acordo com eles, estabelece um plano de trabalho. Eu acho que  
442 deveria convidar, por exemplo, a Emater, para discutir junto. Desenvolve o  
443 plano de trabalho e veja em qual momento irá checar as etapas que esse  
444 plano irá precisar para ser concluído. Eu acho que irá liberar recursos  
445 mediante essas checagens.” Maria de Fátima Dias Coelho, diretora-geral do  
446 IGAM: “Eu gostaria de me manifestar a respeito de um rito que se segue  
447 dentro do Fhidro e que nós precisamos mudar. Nós estamos aqui num  
448 processo de análise de um programa. Eu acho que não cabe essa questão  
449 de que estamos no fim do ano e que não dá tempo para conveniar, porque é  
450 uma coisa clara e está na norma: a Sefhidro tem como atribuição elaborar  
451 parecer sobre a viabilidade de projeto ou ação – entendam como ação  
452 programática, programa também –, em seus aspectos técnico, social e  
453 ambiental. Então não vamos trazer para dentro do IGAM e da Sefhidro uma  
454 questão que tem de ser debatida, e dizer que não dá tempo para fazer, uma  
455 situação que tem que ser debatida com a SEMAD. Nós temos outros dois  
456 projetos aqui hoje que terão que ser conveniados e empenhados também.  
457 Não cabe a mim, como Secretaria Executiva, dizer se falta documento, nós  
458 temos que ajustar tudo isso na SEMAD. Aí está a responsabilidade, aí  
459 estaríamos trazendo para o IGAM uma responsabilidade que não é do IGAM,  
460 de dizer que não pode aprovar esse programa. É uma agenda integrada, e  
461 nisso nós temos que ter esse compromisso com o Grupo Coordenador.  
462 Então vamos deixar muito claro aqui. Independentemente, cabe à SEMAD  
463 toda essa formulação.” A diretora-geral do IGAM, Maria de Fátima Chagas  
464 Dias Coelho, registrou ainda a seguinte manifestação, em reconhecimento  
465 ao trabalho realizado pela Sefhidro: “Eu só queria registrar o reconhecimento  
466 ao esforço da equipe. Na verdade, é uma lógica que já vinha sendo  
467 implementada, e entendemos a necessidade de mudança. É um momento

468 até histórico de mudança de visão em relação ao Fhidro, mas nós temos que  
469 registrar o intenso esforço da equipe em todos os projetos que entram, que  
470 são analisados com dedicação técnica e profissional muito assertiva,  
471 procurando debater, procurando contactar os proponentes, tomar  
472 conhecimento e entender melhor.” Presidente André Luis Ruas: “Como eu  
473 sou presidente suplente do Fhidro, eu faço minhas as palavras da Fátima e  
474 acho que em nome do Grupo Coordenador do Fhidro também. Dar os  
475 parabéns para a equipe. Pelo pouco tempo em que eu estive aqui, foi uma  
476 experiência fantástica de aprendizado com a própria equipe também.”  
477 Manuela Cardoso Stein, do IEF: “Eu gostaria de fazer algumas  
478 considerações. Que seja um projeto ou um programa, no momento em que  
479 seja conveniado, que apresente todas as documentações exigidas. Como a  
480 Sefhidro não conseguiu fazer análise por não ter a definição das  
481 propriedades, que após a implantação da Meta 1 o Instituto Terra repasse os  
482 dados que conseguiu a partir da conclusão da Meta 1 para que possa ser  
483 feito o detalhamento orçamentário e então seguir para a Meta 2. E uma  
484 observação a respeito do produtor em relação ao cercamento das nascentes.  
485 Que seja bem monitorado, porque nós temos experiências em que às vezes  
486 não respeitam a distância mínima, seja entre um mourão e outro ou do raio  
487 de 50 metros.” **4) ASSUNTOS GERAIS.** César Cristiano de Lima, da Seplag:  
488 “Tendo em vista a decisão tomada aqui hoje, eu gostaria de solicitar que as  
489 decisões que envolvam programas e projetos importantes, como esse que  
490 acabamos de deliberar, sejam notificadas à Secretaria de Planejamento e à  
491 Secretaria de Governo, para que seja dado conhecimento ao Conselho  
492 Executivo dos Fóruns Regionais de Minas. Por uma razão simples: nós  
493 acabamos de eleger representantes da sociedade civil, um prefeito em cada  
494 microterritório do Estado e um vereador representando cada microterritório. É  
495 importante que as coordenações executivas dos Territórios de  
496 Desenvolvimento tomem conhecimento disso, para que também nos auxiliem  
497 e acompanhem esses grandes projetos, que fazem parte do primeiro eixo do  
498 Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, para o desenvolvimento  
499 produtivo, científico e tecnológico. Podem mandar para o gabinete do  
500 secretário de Governo, para o gabinete do secretário de Planejamento e para  
501 o gabinete do secretário de Cidadania e Direitos Humanos, que são os três  
502 coordenadores. Eles então comunicam aos Territórios.” Gustavo Tostes  
503 Gazzinelli, do Fonasc: “Eu queria reiterar o pedido de que a primeira reunião  
504 do ano que vem – que espero que seja pelo menos no primeiro trimestre –  
505 seja para tratar da questão dos projetos de demanda espontânea. Já que  
506 estamos inaugurando uma nova fase, que já começamos com ela.”  
507 Presidente André Luis Ruas: “Então fica como item de pauta. Até porque,  
508 salvo engano na última reunião, nós tivemos uma proposta de deliberação  
509 que iria falar da revisão da legislação.” Coordenadora Maria de Lourdes  
510 Amaral Nascimento: “Nós já estamos com a legislação finalizada, tanto os

511 decretos quanto a resolução e a Lei do Fhidro.” Gustavo Tostes Gazzinelli,  
512 do Fonasc: “Eu peço que nos envie antes da próxima reunião, porque nós  
513 podemos dar palpites, fazer considerações. Se já está pronto, eu gostaria de  
514 receber hoje, se possível.” Coordenadora Maria de Lourdes Amaral  
515 Nascimento: “Nossa intenção é essa mesmo de discutir. Nós queremos  
516 também fazer uma deliberação específica para programas. O Fhidro financia  
517 programas, mas não tem uma sistemática. E nós estamos fazendo uma  
518 minuta de deliberação de programas. Já temos uma minuta pronta. Então eu  
519 acho que seria na primeira reunião do ano que vem.” **5) ENCERRAMENTO.**  
520 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente André Luis  
521 Ruas agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da  
522 qual foi lavrada esta ata.

523

524

525

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

526

527

528

529

---

**André Luis Ruas**  
**Presidente do GC-Fhidro**